



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo I História da Formação Política Brasileira

Aula 4 Teorias da Democracia

Bernardo Ricupero

A palavra “democracia” é usada para se referir tanto a uma forma de governo, aparecida na Grécia há cerca de 2500 anos, como ao regime político pelo qual a maior parte dos países do mundo atualmente se diz governar. Mas o que essas duas democracias têm em comum? É essa pergunta que tentaremos responder ao longo do trabalho.

A democracia, o “governo do povo”, surge num lugar e num momento preciso: Atenas, em 507 a.c. Aparece depois da queda do governo dos tiranos e resulta da luta entre facções aristocráticas. Seu criador, o legislador Clístenes, não podia mesmo imaginar os efeitos de estender o governo para além de alguns poucos bens nascidos para o povo, o *demos*. Os membros do *demos* passam, então, a ter isonomia, igualdade perante a lei, tornando-se efetivamente cidadãos.

De certa maneira, a democracia e a cidade grega e, mais especificamente, Atenas, se confundem. O espaço onde os cidadãos se reúnem para deliberar, ou seja, realizarem a democracia, tem papel central nessas cidades, tudo se dispondo a partir da *ágora*, praça.

Ou seja, junto com a democracia surge o espaço público. O “público” não é mais o domínio “privado” de reis ou especialistas, mas o assunto comum do *demos*. Num contexto como esse,



ocorre uma verdadeira “publicização da vida”, não por acaso, ganhando importância uma forma de arte como a escultura.

Ainda mais importante, o debate que se tem na *ágora* se dá por meio da palavra, da persuasão. Será preciso convencer o adversário que seu argumento é melhor, que ele pode trazer o bem comum. Em outras palavras, não é mais o argumento da autoridade – se é que se pode chamar de argumento – que orienta a vida coletiva, mas a discussão. Portanto, nada mais é considerado como sagrado, tudo pode ser questionado.

A partir daí, o caminho fica livre para o desenvolvimento da filosofia. Ironicamente, porém, a maior parte dos filósofos não sente muita simpatia pela democracia. A antipatia da parte mais significativa deles diante da democracia provém precisamente da política não ser, nesse governo, entendida como o domínio dos que “mais sabem”. De acordo com Platão, por exemplo, os atenienses recebem conselhos de técnicos sobre como melhor construir suas muralhas e navios, mas paradoxalmente ouvem qualquer um sobre como administrar seus negócios comuns.

Mesmo alguém como Aristóteles, que defende que a boa vida só pode ser atingida na cidade, na *polis*, avalia negativamente a democracia. Ou melhor, a democracia é, para o autor da *Política*, o governo de muitos que buscam seu próprio interesse e não o bem comum. Seria, portanto, diferente do governo de muitos que visa o bem comum, *politéia*, forma de governo pela qual nutre mais simpatia.

Aristóteles não deixa, entretanto, de definir o cidadão como aquele que exerce o poder deliberativo e judiciário. Ou seja, na *polis* não existe verdadeira separação entre governantes e governados. Por outro lado, a cidadania era, para os gregos, muito limitada, excluindo mulheres, crianças, escravos e estrangeiros. De certa maneira, se a família, a comunidade doméstica, era o espaço da mais completa desigualdade, a cidade, ou seja, a comunidade política, pressupõe a



igualdade. O cidadão é mesmo, num certo sentido, um privilegiado, correspondendo àquele que tem disponibilidade para participar plenamente dos negócios da cidade.

Portanto, a diferença entre a democracia dos gregos e a nossa não deixa de ser enorme, tanto em termos de escopo como de extensão. Na verdade, depois da Antiguidade Clássica, a democracia praticamente desapareceu, sobrevivendo apenas em algumas poucas cidades-Estado. Durante muito tempo se acreditou que esse regime político só seria possível em pequenos territórios, onde, como argumentara o barão de Montesquieu, não seria desafiado o difícil princípio republicano da virtude, de colocar o bem comum acima do interesse individual.

No entanto, o verdadeiro laboratório político que foram os Estados Unidos da América (EUA), depois da sua independência, cria uma nova forma de democracia. Ou melhor, a Constituição, elaborada em 1787, que inventa essa nação cria também a democracia representativa, diferente da democracia direta da Antiguidade Clássica.

Os autores de *Os Artigos Federalistas*, que foram escritos com o propósito de defenderem a nova Constituição, são os que melhor desenvolvem o argumento em favor do novo governo. James Madison, em particular, contrasta a democracia antiga, que apareceria em pequenos territórios onde o povo exerceria diretamente o poder, com a república moderna, em que, em razão do tamanho do território, seria necessária a delegação do governo para um número limitado de cidadãos, que se comportariam como representantes dos demais. A representação teria mesmo o papel de refinar e clarear a compreensão dos problemas políticos, fazendo-os passar pelo crivo de um corpo de cidadãos especialmente escolhidos para isso. Os representantes poderiam, portanto, de acordo com Madison, até entender melhor aquilo que seria o bem comum do que o povo.

Menos de cinquenta anos depois da aprovação da Constituição dos EUA, o nobre francês Alexis de Tocqueville achou evidente que o melhor lugar para perceber a evolução do mundo em



direção à democracia seria o país. É verdade que o autor de *A democracia na América* não entende democracia simplesmente como um regime político, mas principalmente como o estado social caracterizado pela “igualdade de condições”. Por outro lado, a democracia social não deixaria de favorecer a democracia política. Nessa orientação, a tendência em direção à democracia, à “igualização de condições”, que já duraria mais de seis séculos, encontraria um posto de observação privilegiado nos EUA, sociedade que não conheceu feudalismo. Em outras palavras, não seria mero acaso que, depois de mais dois mil anos, os americanos decidiram (re)criar o governo democrático.

Mas se até o final do século XVIII a democracia parecia ser um governo do passado, do qual pouco se podia esperar, mais de duzentos anos depois é difícil encontrar governos que não se definam como democráticos. Exemplo da legitimidade que esse regime político passou a ter se encontra até num ato como a invasão do Iraque, que foi realizado pretensamente em nome da democracia.

A democracia que conhecemos é a democracia representativa. É, assim, em torno de suas qualidades e defeitos que tem se desenvolvido o debate sobre a democracia. Mais recentemente, a controvérsia ganhou força com a publicação, em 1942, de *Capitalismo, socialismo e democracia*, de Joseph Schumpeter. Diante da extensão do tema, no restante do trabalho enfatizarei sobretudo a pretensão do economista austríaco de fornecer uma teoria realista da democracia e a subsequente crítica a ela, elaborada pelos defensores da democracia participativa, que insistem na necessidade da democracia continuar a busca de metas éticas. Por fim, me servirei, de certa forma, da pretensão de Robert Dahl de entender a democracia tanto em termos de sua realidade e ideal.

Schumpeter e a democracia como método de seleção de lideranças



Schumpeter se pergunta, em *Capitalismo, socialismo e democracia*, se o capitalismo sobreviverá. No entanto, as evidências que reúne, em plena Segunda Guerra Mundial, o conduzem a acreditar que esse sistema econômico desaparecerá. Paradoxalmente, atribui a causa do colapso do capitalismo a seu próprio sucesso, já que ele criaria um clima social e político hostil.

A pergunta que Schumpeter faz, então, é: pode a democracia conviver com o sistema econômico que deve suceder o capitalismo: o socialismo. O economista austríaco define socialismo como “um padrão institucional em que o controle dos meios de produção e a própria produção é responsabilidade de uma autoridade central – ou, em outras palavras, no qual, como questão de princípio, os assuntos econômicos da sociedade pertencem ao público e não à esfera privada”. Nota que, até a Revolução Russa, não havia quem duvidasse da adesão de socialistas à democracia, existindo até socialistas que defendiam que eles seriam os únicos verdadeiros democratas. Esses socialistas argumentavam que o poder político e o econômico estariam relacionados, o primeiro sendo derivado do segundo, o que condicionaria a existência de verdadeira democracia ao fim do poder econômico dos capitalistas.

Em contraste com posturas como essas, Schumpeter pretende oferecer uma análise mais realista da relação do socialismo com a democracia. Assinala que mesmo admitindo que o socialismo seja a melhor forma de realizar a democracia, socialistas nem sempre tomaram muito cuidado em utilizar meios não democráticos para atingir seus objetivos. De maneira concreta, a “folha corrida” dos defensores do socialismo poria em dúvida seu compromisso democrático. Na verdade, seria possível encontrar tanto partidos socialistas que agiram de maneira democrática – situação predominante na Europa ocidental – como outros – o caso da Rússia sendo o exemplo mais conhecido – que fizeram o oposto.



Na verdade, como todos os envolvidos com a política, os socialistas seriam democratas se esse regime político favorecesse seus interesses e não seriam democratas se suas necessidades não fossem atendidas por tal sistema político. Schumpeter conclui daí que nada impede que o socialismo conviva com a democracia, já que não há nada que os torne incompatíveis. Melhor, a definição de socialismo em si não teria a ver com a de democracia, da mesma maneira que a de capitalismo em si também não implicaria em relação necessária com a democracia.

Além do mais, todos os homens, independentemente da suas preferências políticas, possuiriam valores que não têm relação com a democracia e que poderiam considerar, por ventura, como sendo mais importantes do que esse regime político. Em determinadas épocas históricas, por exemplo, a perseguição aos judeus ou a pena de morte foram apoiadas pelo povo, o que não obriga a cada indivíduo que se identifica com a democracia a considerar a perseguição aos judeus ou a pena de morte como procedimentos desejáveis. Até porque a democracia não passaria de “um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas – legislativas e administrativas – e é, portanto, incapaz de ser, independente das decisões que ela produzir em determinadas condições históricas, um fim em si mesmo”.¹

De qualquer maneira, Schumpeter admite que se se equivaler “tomar decisões” com “governar” pode-se definir democracia como o governo do povo, como inclusive sugere o sentido etimológico da palavra. Mas, pergunta, então, se a democracia é o governo do povo, como é possível para o povo operacionalizar esse governo? Para além de comunidades pequenas e primitivas, que se governariam democraticamente, não seria possível ter governos democráticos. *Capitalismo, socialismo e democracia* conclui, assim, que se deve substituir a definição de democracia como governo do povo pela de governo apoiado pelo povo.

¹ Joseph Schumpeter, *Capitalism, socialism and democracy*, New York, Harper & Row Publishers, 1976, p. 242.



No entanto, o que Schumpeter chama de teoria clássica da democracia sugeria o oposto. Tal doutrina relaciona-se vagamente com as formulações de autores do século XVIII e XIX, como Jean Jacques Rousseau e John Stuart Mill. Ela corresponde, portanto, a uma espécie de espantalho, a partir da qual, *Capitalismo, socialismo e democracia* desenvolve seu argumento.

A teoria clássica da democracia poderia ser resumida na identificação da democracia com a realização do bem comum, mediante a eleição de representantes que poriam em prática a vontade do povo. Estaria implícita nessa concepção a idéia de que existe um bem comum que, qualquer pessoa normal, poderia entender por meio de argumentos racionais. Portanto, haveria resposta para todas as questões, com qualquer fato social podendo ser classificado como bom ou mal. Todos os indivíduos razoáveis deveriam concordar quanto ao que fosse o bem comum, com as únicas divergências aparecendo em relação a quando atingi-lo. A consequência desse tipo de raciocínio seria considerar que todos, em comum, controlariam os negócios públicos.

Schumpeter argumenta, todavia, que não há um bem comum fixo, já que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum significaria coisas diferentes. Pior, questões de princípio, como saber o que constitui o bem comum, não poderiam ser resolvidas com base em argumentos racionais, já que os valores últimos, relativos ao significado da vida, não se regeriam pela lógica. Por fim, mesmo que pudéssemos definir o bem comum isso não garantiria que saberíamos como proceder em relação a questões particulares.

O reconhecimento de que não há um bem comum facilmente discernível faria com que a própria idéia de vontade do povo ou vontade geral se desmanchasse no ar, até porque tal vontade seria entendida como o resultado da combinação de vontades que se formariam na avaliação racional de cada indivíduo a respeito de seu interesse. Para Schumpeter, é bastante problemática a idéia de que a vontade do indivíduo exista como algo independente e racional. Como a psicanálise



vinha, há algum tempo, chamando a atenção, a personalidade humana não seria homogênea, diversos fatores irracionais e extra-rationais agindo sob o comportamento dos homens.

Ao lidar com a política, o cidadão médio trataria de assuntos que lhe pareceriam distantes, já que se preocuparia mais com questões locais. Em relação a maior parte dos assuntos nacionais e internacionais, quase todos os indivíduos perderiam a noção exata sobre o que estariam lidando, ficando com a impressão de que deliberariam sobre um mundo quase fictício. O envolvimento do homem comum com a política seria, conseqüentemente, quase recreativo, vendo-a praticamente como um *hobby*. Os indivíduos, ao tratarem dos assuntos políticos, rebaixariam seu comportamento ao nível infantil, retornando a um estágio primitivo, em que pensavam de forma associativa e afetiva.

O resultado desse quadro seria que a vontade do povo, assim como a do consumidor influenciado pela publicidade, seria manufaturada. Isto é, ao invés de ser um insumo do processo político apareceria muito mais como produto dele. O método democrático corresponderia, portanto, ao “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder para decidir mediante uma luta competitiva pelo voto do povo”.²

A democracia participativa e a volta da preocupação com a ética

A partir da década de sessenta aparecem críticas bastante fortes à maneira como Schumpeter e outros, a partir de suas formulações, entenderam a democracia. Essas críticas estão ligadas à emergência da nova esquerda e buscam sobretudo recuperar a dimensão ética e de participação da democracia, que, desde *Capitalismo, socialismo e democracia*, tinham sido desvalorizadas, ao se

² *Ibid.*, p. 269.



dar atenção principalmente ao papel dos líderes políticos. Para aqueles que se identificam com a democracia participativa, a participação teria um efeito educativo, com o cidadão deixando de levar em conta apenas seu interesse privado para se preocupar com o dos demais.

C.B. Macpherson é um dos principais expoentes da teoria da democracia participativa. O cientista político canadense associa as formulações de Schumpeter ao que chama de modelo elitista pluralista da democracia. Boa parte de seu sucesso derivaria de sua semelhança com a sociedade de mercado, onde imperaria o homem burguês. O modelo seria pluralista por pressupor que o mundo político seria formado por diferentes indivíduos, com interesses e preocupações variadas. Seria elitista por colocar na posição principal do processo político um reduzido grupo de dirigentes. Por fim, sugeriria um modelo de equilíbrio, onde a oferta por bens políticos seria contrabalançada pela demanda por eles.

Em termos mais concretos, para outra teórica da democracia participativa, Carole Pateman, a maior parte das teorias contemporâneas da democracia sugeriria que elas não se contaminariam por valores. No entanto, seu pretense empirismo, na verdade, se limitaria a descrever o funcionamento da democracia de alguns poucos países, como os EUA e a Inglaterra. Tentariam fazer crer que a única alternativa a esse tipo de democracia seria o totalitarismo quando, na realidade, existiriam muitos outros regimes políticos possíveis.

Em poucas palavras, Schumpeter e outros entenderiam a democracia simplesmente como um mecanismo para eleger e autorizar governos. Para tanto, elites, organizadas em partidos, competiriam pelo voto dos eleitores. A possibilidade dos eleitores substituírem o governo impediria, em última instância, que os dirigentes se comportassem de maneira tirânica. Esse seria, portanto o elemento democrático dessas teorias, já que a disputa entre lideranças políticas pelo voto



possibilitaria aos eleitores exercerem um controle, mesmo que mínimo, sobre aqueles em que votam.

Seria eliminado, porém, o conteúdo ético da democracia, seu objetivo se reduzindo a tomar nota dos desejos dos eleitores tais como eles se apresentam. Na verdade, a democracia não seria entendida, como insiste Macpherson, como um mecanismo de mercado, com os políticos comportando-se como empresários e os eleitores como consumidores. Não seria de estranhar que o modelo fosse tomado como realista, já que ele corresponde bem à situação em que, de maneira geral, analistas e envolvidos com a política hoje se encontram.

O sistema de mercado político não seria, entretanto, tão democrático como sugere. O primeiro problema se encontraria no imaginado equilíbrio entre oferta e procura política, já que corresponderia à demanda efetiva, isto é, à demanda que conta com capacidade aquisitiva para realiza-la. Em razão da capacidade aquisitiva equivaler aos recursos monetários disponíveis pelos diferentes agentes, não se poderia considerar o mercado político como democrático. A distribuição de recursos monetários entre agentes políticos variaria substancialmente os mais pobres, como admite um outro teórico que pensa a democracia por analogia ao mercado, Anthony Downs, tendo custos de participação política substancialmente mais elevados do que os mais ricos.

Além de tudo, o equilíbrio que o modelo elitista pluralista imagina pressuporia um certo nível de apatia, que contribuiria para a perpetuação do *status quo*. Não seria tanto o eleitor (consumidor) que decide, mas os provedores (partidos – empresários), que determinariam as escolhas possíveis. A apatia teria mesmo um papel positivo para o modelo, já que não sobrecarregaria o sistema político de demandas excessivas difíceis de processar.

Para Macpherson, “o sistema de elites competitivas com um nível baixo de participação dos cidadãos” seria inclusive “necessário numa sociedade desigual, na qual a maior parte dos seus



membros se vêem como consumidores maximadores”.³ Segundo *A democracia liberal e sua época*, o problema que tais formulações sugerem é verificar se valeria a pena haver mais participação política, já que existiria uma vinculação direta entre participação política e a situação sócio-econômica. Mais especificamente, a apatia e a desigualdade se alimentariam mutuamente.

O cientista político canadense admite que seria necessário, em Estados nacionais com territórios extensos, algum grau de representação política. Por outro lado, progressos recentes na tecnologia de comunicação tornariam a democracia direta uma possibilidade maior do que nunca. Restaria, porém, a questão de saber quem formularia as demandas que os eleitores deveriam responder. A iniciativa popular não poderia propor, em particular, as grandes questões relacionadas com a política econômica e social.

Poder-se-ia pensar num sistema piramidal, com a democracia direta estando presente no nível da base - nas fábricas e nos bairros - e a democracia representativa no nível mais elevado da sociedade. Diferentes conselhos se sucederiam, até se formar um conselho nacional. O sistema não funcionaria, contudo, se aqueles situados no nível mais baixo se comportassem de maneira apática. No entanto, com a diminuição da desigualdade econômica, o grau de participação tenderia a aumentar. Seria também fundamental a existência de competição entre partidos, o que evitaria que o sistema político se tornasse autoritário.

Na mesma linha, Pateman insiste na necessidade de participação, principalmente no local de trabalho e de moradia. A participação teria principalmente um efeito educativo, indicando, aos diversos homens e mulheres, como estão ligados uns aos outros, o que não deixa de lembrar o tipo de relação que existia na *polis* grega. Portanto, para além da política, se abriria caminho para se criar uma sociedade participativa.

³ C.B. Macpherson, *La democracia liberal y su época*, Madrid, Alianza Editorial, 1981, p. 111.



De qualquer maneira, para os defensores democracia participativa seu problema principal não se referiria tanto a como ela deve funcionar, mas como se chegar a ela. O impedimento mais sério quanto à realização da democracia participativa estaria, na verdade, na auto-percepção da maior parte dos membros da comunidade política como meros consumidores políticos.

Dahl e a busca de uma teoria descritiva e normativa da democracia

Robert Dahl, ao elaborar sua teoria da democracia, parte da constatação de que as teorias existentes sofreriam de sérias deficiências tanto ao descrever o mundo real, como quis fazer Schumpeter, como ao se relacionarem com metas éticas, aspiração dos participacionistas. Em termos históricos, o segundo enfoque, normativo, prevaleceu na teoria democrática até 1942, passando a ser dominante, a partir da publicação de *Capitalismo, socialismo e democracia*, uma atitude que pretendia ser realista.

Na verdade, as duas posturas não seriam excludentes, ao se tratar da democracia se devendo tanto discutir metas éticas, que corresponderiam à democracia, como descrever características que fariam com que certas associações fossem democráticas. Como a democracia seria tanto um ideal como uma realidade não seria possível separar a dimensão descritiva da normativa. Ou seja, unindo as duas perspectivas, se deveria buscar avaliar, com base em certos indicadores, até que ponto diferentes associações concretas aproximam-se do ideal democrático.

Dahl concorda com Schumpeter quanto a democracia ser um método para a tomada de decisões, isto é, um determinado procedimento que não possui conteúdo predeterminado. Por outro lado, parece aceitar que o conteúdo da democracia encontra-se precisamente nessas regras, ou



melhor, como sugere outro autor que se ocupa do tema, Norberto Bobbio, no respeito às regras democráticas.

O método democrático consistiria no princípio de que os membros da associação – que pode ser chamada de *demos*, *populus*, cidadania, etc. - têm igual peso na tomada de decisões obrigatórias, isto é, governamentais. Nesse sentido, qualquer associação – de um Centro Acadêmico ao Estado – poderiam ser governadas democraticamente, desde que seguissem o princípio da igualdade política. Na prática, entretanto, a maior parte da reflexão sobre a democracia privilegiou o Estado nacional, até porque sua jurisdição, tanto territorial como administrativa, é bem maior do que das demais associações, além de ser capaz de submetê-las.

No entanto, mais do que da democracia propriamente dita, Dahl prefere tratar do processo de democratização. A discussão da democratização e não da democracia teria a vantagem de lançar luz para o fato de que se trataria de um processo (histórico) e não de algo acabado. Poder-se-ia, conseqüentemente, comparar regimes políticos entre si, procurando avaliar até que ponto eles se aproximam do ideal da democracia. A democratização ocorreria, em particular, quando há direito de contestação pública e, assim, existe uma oposição e quando uma proporção considerável da população de um Estado nacional pode participar de sua vida política, possuindo direitos de participação. Em outras palavras, se teria democratização quando as condições de liberalização e inclusividade são garantidas.

Numa outra perspectiva, para avaliar se o governo de diferentes associações se aproximam da democracia, Dahl destaca cinco critérios: 1) participação efetiva; 2) igualdade de voto; 3) entendimento esclarecido; 4) controle do programa de planejamento; 5) inclusão dos adultos.

A participação efetiva refere-se à possibilidade de cada membro da associação expressar seu ponto de vista antes da eleição. Já a igualdade de voto – que seria a coluna vertebral da teoria e da



prática democrática – estabelece que, no momento da eleição, cada voto deve ter o mesmo peso. O entendimento esclarecido, por sua vez, afirma que todos devem ter igual acesso a informação a fim de formarem sua preferência. O controle do programa de planejamento determina, finalmente, que a própria associação política deve decidir as políticas governamentais.

O quinto critério – de inclusão dos adultos – possui uma natureza diferente dos demais. Se os quatro critérios anteriores forem adotados, a associação será democrática em relação a seu *demos*, mas não quanto àqueles que se encontram fora de sua jurisdição. Uma minoria poderia, conseqüentemente, governar a maioria de acordo com critérios pretensamente democráticos. No entanto, aqueles que não puderem ser representados politicamente provavelmente não teriam seus interesses levados em conta. Mas até recentemente, a igualdade política não era uma realidade para a maior parte dos homens e mulheres adultos. Por outro lado, sempre há aqueles que não votam – atualmente, estrangeiros, crianças, loucos – isto é, aqueles que não podem se governar ou cuja jurisdição o Estado não abarca.

Esses cinco critérios estabeleceriam um *continuum*, a partir do qual, se poderia julgar o grau de democracia de uma determinada associação. Pode-se, entretanto, perguntar se no mundo real encontramos Estados e outras associações que satisfazem inteiramente aos critérios da democracia. Contra essa objeção, é possível argumentar que os critérios não devem ser encarados de maneira absoluta, mas como referências para se julgar, até que ponto, as associações se aproximam do ideal democrático.

Em termos mais concretos, se desenvolveram nos países considerados como democráticos certas instituições, relacionadas com os critérios democráticos, como: 1) a eleição de funcionários; 2) mediante eleições livres, justas e freqüentes; 3) o direito de ocupar cargos; 4) a existência de fontes de informação diversificada; 5) a autonomia para as associações; 6) e a cidadania inclusiva.



Com base, em grande parte, na existência dessas instituições, Dahl cunha o termo poliarquia. A poliarquia é entendida como o governo de muitos, diferente tanto da democracia direta da Antiguidade como do governo representativo com sufrágio restrito do século XIX. Tem, portanto, como referência histórica as modernas democracias representativas.

Não se precisa entender, entretanto, a poliarquia apenas com referência a instituições e regimes políticos. Assim como acontece com a democracia, é possível interpretá-la de diferentes formas: como o resultado histórico de esforços em prol da democratização; como um regime político; como um sistema de controle político que ocorreria mediante a competição entre lideranças políticas; como um sistema de direitos políticos, como um conjunto de instituições necessárias ao funcionamento da democracia em larga escala, etc. Também como na relação entre ideal e prática democráticos – democracia e poliarquia – esses diferentes sentidos seriam complementares.

Para além da dimensão institucional, sociedades pluralistas, em que atuariam um número significativo de organizações e grupos sociais autônomos, tenderiam a favorecer o aparecimento de poliarquias. Nessas sociedades, o custo da repressão da oposição seria mais elevado para o governo do que o de sua tolerância. Assim, a possibilidade de se ter política competitiva aumentaria com a diminuição da possibilidade de se usar violência ou sanções socioeconômicas. A existência da poliarquia seria, conseqüentemente, favorecida pela dispersão ou bloqueio do acesso à violência e a sanções socioeconômicas.

Em relação ao segundo fator, tem aparecido, ao longo da história, tanto autores que consideram a democracia como um direito inalienável, ao qual a propriedade deveria estar subordinada, como outros que vêem a propriedade como um direito natural com precedência sobre a democracia. Numa perspectiva que privilegia a democracia, a propriedade pode ser justificada por



dar acesso a um mínimo de recursos que garantiriam o exercício da liberdade por parte do cidadão. Seguindo essa postura, o direito à propriedade deveria ser limitado. Classicamente, o republicanismo tem considerado que a propriedade poderia criar problemas para a democracia, defendendo, conseqüentemente, uma ampla distribuição de propriedade.

Dahl considera que, no contexto do capitalismo de pessoa jurídica, ou seja, de concentração e centralização do capital, a melhor forma de se garantir a dispersão do poder, necessária para a democracia, seria estabelecendo-se empresas autogestionárias. Elas não sacrificariam, além do mais, a eficiência econômica, que estaria associada ao uso do mecanismo de mercado. Por fim, a autogestão se justificaria por favorecer o aparecimento de bons cidadãos e, principalmente, devido a firma ser uma associação, como o Estado, que poderia ser governada democraticamente. Dessa maneira, o teórico da poliarquia consegue imaginar uma maneira de preservar, num mundo hostil, a antiga aspiração democrata de se garantir a ampla distribuição de propriedade.

Numa outra perspectiva, ao apontar para a afinidade entre sociedade pluralista e poliarquia, o autor de *Um prefácio à democracia econômica* considera que a existência de instituições que contribuíssem para a descentralização seria benéfica à democratização. No entanto, vê como ainda mais decisivo para a manutenção da poliarquia a existência de crenças e valores, ou seja, de uma cultura política, favorável à democracia. Dahl reconhece que não é impossível que exista poliarquia mesmo onde a cultura política não a valoriza, no entanto, ela tenderia a ser bastante instável.

Portanto, a questão ainda seria, como tinha insistido Tocqueville, a mais de cento e cinquenta anos, em buscar transformar, pelas instituições, a cultura política. Só, assim, se afastaria o risco da quebra da poliarquia. Talvez, ainda mais importante, se poderia, a partir daí, ter a introjeção das instituições democráticas a tal ponto que passariam a ser encaradas como evidentes, se



considerando inclusive que corresponderiam a comportamentos desejáveis em outras esferas, além da política.

Considerações Finais

Voltando à nossa questão inicial, é possível encontrar algo em comum entre a democracia da Grécia antiga e a democracia de nossos dias? Apesar dos 2500 anos que separam esses governos, a característica principal das duas democracias não deixa de ser a mesma: a igualdade dos membros da associação política, o que os gregos chamavam de isonomia. Ou seja, mesmo que a atual democracia seja representativa e não mais direta, a igualdade política continua a diferenciar a democracia de todas as outras formas de governo, além de criar possibilidades inusitadas para esse regime político.

É provavelmente a afirmação de que os cidadãos são iguais que fez com que, num período curto, de não mais de setenta anos, a democracia passasse a ser o principal critério de legitimidade política com o qual contamos. Revelador da nova situação é que se não há muito tempo, no entre-guerras, nazi-fascistas denunciavam o que chamavam de embuste democrático, a onda de regimes militares que se espalhou pela América Latina, depois do golpe no Brasil, em 1964, foi forçada a afirmar que agia, apesar das evidências em contrário, em nome da democracia.

A igualdade política pode até parecer uma afirmação tímida, mas é, em boa medida, em razão dela que a democracia pode ser entendida tanto como um ideal como uma forma de governo. Mais: o ideal pode exercer pressão sobre a forma de governo, ajudando a transforma-la. Não é mesmo difícil encontrar exemplos na história de como o ideal democrático tornou possível a ampliação do *demos*, da cidadania. Se, no século XIX, a participação política estava restrita a alguns homens com uma certa renda, a pressão do movimento operário e feminista fez com que ela



fosse progressivamente ampliada, abarcando hoje praticamente todos os cidadãos adultos, sejam eles do sexo masculino ou do feminino. A pressão do ideal sobre o real também teve papel determinante para que, para além de direitos individuais, civis, se conquistassem direitos coletivos, políticos e sociais.

Portanto, nada impede que a democracia se expanda da política para outras esferas, como a família, a economia, a sociedade... Ou seja, com sugere Bobbio, é provável que hoje mais importante do que saber quem vota seja determinar onde se vota.

Indicações de leitura

Um bom livro, que oferece uma perspectiva ampla sobre a democracia, é *Democracy, a history*, de John Dunn que saiu há pouco, em 2005, pela Atlantic Monthly Press e ainda não foi traduzido para o português. Sobre a democracia, pensada nos seus dois momentos, é interessante *Democracia antiga e moderna*, de Moses Finley, que foi publicada pela GRAAL.

Especificamente sobre a democracia grega, vale a pena consultar os trabalhos de alguns historiadores, como os ensaios de Pierre Vidal-Naquet reunidos em *Os gregos, os historiadores e a democracia*, aparecido em edição da Companhia das Letras, e de Jean Pierre Vernant, *As origens do pensamento grego*, da Bertrand Brasil.

Também são muito sugestivas as análises de certos filósofos, como Hannah Arendt, em *A condição humana*, da Forense Universitária, e os trabalhos de Cornelius Castoriadis reunidos em *As encruzilhadas do labirinto*, especialmente seu artigo “A polis grega e a criação da democracia”, que está no volume dois, *Os domínios do homem*, publicada pela Paz e Terra.

Vale a pena ler *A política*, de Aristóteles, que tem diversas edições em português, uma das melhores sendo da editora da UnB. O mesmo acontece com *A república*, de Platão, que também



tem muitas edições, como a da Nova Cultural, e o elogio à democracia, realizado por Péricles, que aparece em *História da guerra do Peloponeso*, de Tucídides, também publicada pela editora da Unb.

Já no contexto moderno, para conhecer a gênese da democracia representativa é bom ler *Os artigos federalistas*, editados pela Nova Fronteira. Por sua vez, uma das apreensões mais ricas e originais da nova época, que vai além do meramente político, está em *A democracia na América*, de Aléxis de Tocqueville, aparecido em edição da Itatiaia.

Sobre as teorias contemporâneas da democracia, há análises amplas sobre elas em *Modelos de democracia*, de David Held, da editora Paidéia, e *The concepts and theories of modern democracy*, de Anthony H. Birch, publicado pela Routledge.

No capítulo teorias competitivas da democracia, o clássico de Joseph Schumpeter, *Capitalismo, socialismo e democracia*, foi publicado pela Zahar. Anthony Downs, por seu turno, aprofunda, na linha da economia neo-clássica, a analogia, sugerida pelo economista austríaco entre mercado econômico e mercado político, em *Uma teoria econômica da democracia*, editado pela EDUSP. Uma das elaborações mais sofisticadas dessa perspectiva está em *A teoria da democracia revisitada*, de Giovanni Sartori, que apareceu em edição da Paz e Terra.

Outro italiano, Norberto Bobbio, também assume uma definição “mínima” de democracia. No entanto, diferente de outros autores com essa postura, acredita, em, *O futuro da democracia*, da Paz e Terra, e *Três ensaios sobre a democracia*, da UnB, que a democracia pode ser ampliada para, além da política, em direção a outras esferas.

Já os principais trabalhos da teoria da democracia participativa são: *La democracia liberal y su época*, de C.B. Macpherson, publicado pela Alianza Editorial e de Carole Pateman, *Participation and democratic theory*, da Cambridge University Press. Uma autora brasileira que assume uma



perspectiva de democracia participativa é Maria Victória Benevides, em *A cidadania ativa*, da Ática.

Por fim, Robert Dahl tem uma extensa bibliografia, seu principal livro sendo *La democracia y su críticos*, editado pela Paidós. Antes, destacam-se entre seus livros: *Um prefácio à teoria democrática*, da Zahar, *Poliarquia*, da EDUSP e *Um prefácio à democracia econômica*, também da Zahar. Dahl tem também um livro introdutório, *Sobre a democracia*, publicado em edição da UnB.